



V Congresso Internacional de Educação- Interdisciplinaridade e transversalidade : Movimentos, desafios e (ins) urgências da Educação

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): TRANSFORMANDO VIDAS E PROMOVEDO INCLUSÃO SOCIAL¹

Rosiele Rodrigues da Silva²

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/CPAQ

Rosiele.rodrigues@ufms.br

Sandra de Jesus Santana³

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/CPAQ

Sandra.santana@ufms.br

Janete Rosa da Fonseca⁴

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/CPAQ

janete.fonseca@ums.br

RESUMO

Considerando a importância que a educação exerce perante a sociedade e os sujeitos é que se faz pertinente destacar a relevância que as instituições de ensino possuem para a formação integral do indivíduo. Este artigo tem como objetivo destacar como a modalidade de ensino, Educação de Jovens e Adultos –EJA, se consolidou, identificar quem são os sujeitos da EJA, apresentar quais leis a amparam e o impacto positivo que a mesma exerce na vida daqueles que completam sua educação por meio desse programa. Através de uma revisão de literatura e uma pesquisa documental com abordagem qualitativa, estabeleceu-se um diálogo com autores como Charlot e Durand (2011), Gouveia e Almeida (2018), Silva (2019), entre outros. A literatura indica que, apesar dos avanços nas últimas décadas, muitos jovens e adultos ainda enfrentam barreiras significativas para concluir sua formação educacional. Portanto, é crucial que as

¹ Artigo apresentado no V Congresso Internacional de Educação da UFMS para fins de conclusão do Trabalho de Curso (TCC) da Licenciatura em Pedagogia da UFMS/CPAQ.

² Acadêmica do 8º semestre do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFMS/CPAQ

³ Acadêmica do 8º semestre do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFMS/CPAQ

⁴ Doutora em Educação. Professora Orientadora do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UMS/CPAQ.

políticas públicas sejam formuladas com base em diagnósticos precisos das necessidades dessa população.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Desenvolvimento; Oportunidades.

ABSTRACT

Considering the importance that education has for society and individuals, it is pertinent to highlight the relevance that educational institutions have for the integral formation of the individual. This article aims to highlight how the teaching modality, Youth Education and Adults –EJA, has been consolidated, identifying who the subjects of EJA are, presenting which laws support it and the positive impact it has on the lives of those who complete their education through this program. Through a literature review and documentary research with approach qualitative, a dialogue was established with authors such as Charlot and Durand (2011), Gouveia and Almeida (2018), Silva (2019), among others. The literature indicates that, despite advances in recent decades, many young people and adults still face significant barriers to completing their educational training. Therefore, it is crucial that public policies are formulated based on accurate diagnoses of the needs of this population.

Key words: Young and Adult Education; Development; Opportunities.

INTRODUÇÃO

Considerando a importância que a educação exerce perante a sociedade e os sujeitos é que se faz pertinente destacar a relevância que as instituições de ensino possuem para a formação integral do indivíduo. É nos espaços escolares que as aprendizagens se constroem, mas não apenas os aprendizados de escrita e leitura, por exemplo, mas também há aquelas aprendizagens que impulsionam o indivíduo a se tornar um agente ativo perante a sociedade.

Dentro deste quadro educacional pode-se considerar que a educação encontra-se dividida por etapas, das quais se complementam ao longo de sua jornada. São etapas de ensino, Educação Infantil (creche e pré-escola), Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio. Nessas etapas da educação é possível evidenciar a Educação de Jovens e Adultos – EJA, da qual oferece a oportunidade de ensino para pessoas que não conseguiram concluir os estudos na “idade correta”.

Em um mundo em constante transformação, onde o conhecimento se torna cada vez mais um requisito fundamental para a inclusão e a cidadania plena, a EJA se apresenta como uma ferramenta essencial para combater desigualdades históricas. A educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil é um tema de grande relevância, especialmente em um país com

profundas desigualdades sociais e históricas. Este sistema educacional visa suprir a demanda por formação e requalificação de indivíduos que, por diferentes motivos, não puderam concluir seus estudos na idade apropriada. Assim, a EJA não apenas busca promover a inclusão social, mas também desempenha um papel crucial no desenvolvimento econômico e na redução das desigualdades.

A partir destas questões o presente artigo pretende destacar como esta modalidade de ensino se consolidou, identificar quem são os sujeitos da EJA, apresentar quais leis a amparam e o impacto positivo que a mesma exerce na vida daqueles que completam sua educação por meio desse programa.

2 HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA EJA

A Educação de Jovens e Adultos -EJA no Brasil possui raízes profundas, refletindo as transformações sociais e políticas ao longo da história do país. Destaca-se que desde os tempos coloniais, a educação formal era restrita a uma elite, enquanto a maioria da população, composta por escravizados e trabalhadores rurais, permanecia à margem de acesso ao conhecimento. Esse cenário só começou a mudar com a Proclamação da República, em 1889, que trouxe novos ideais de cidadania e inclusão.

Na década de 1930, a EJA começou a ganhar reconhecimento oficial, especialmente com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. A proposta era de promover a alfabetização e a educação básica para adultos, reconhecendo a necessidade de integrar essa população ao desenvolvimento nacional. Em 1947, a criação da Campanha de Alfabetização foi um marco significativo, promovendo a alfabetização de jovens e adultos em todo o país.

Em 1958 a educação destinada para jovens e adultos passa por grandes transformações, nesse ano o então presidente da época Juscelino Kubitschek, convocou educadores de todo o Brasil com o objetivo de compartilhar suas experiências pedagógicas no II Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado no Rio de Janeiro. No discurso de abertura do encontro, o presidente evidencia suas perspectivas para a educação de adultos.

Cabe à educação dos adolescentes e adultos importante papel na solução dos problemas criados com o desenvolvimento econômico, suprimindo, na medida do possível, as deficiências da rede de ensino primária, e, principalmente, dando preparo intensivo, imediato e prático aos que, ao se iniciarem na vida, se encontram desarmados dos instrumentos fundamentais que a sociedade moderna exige para a completa integração nos seus quadros: a capacidade de ler e escrever, a iniciação profissional e técnica, bem como a compreensão dos valores espirituais, políticos e morais da cultura brasileira. (DISCURSSO NA INSTALAÇÃO DO II CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS, 1958, parágrafo 754).

A partir da década de 1960, com a implementação de políticas públicas voltadas para a educação, a EJA passa a ser tida como um direito. No entanto, foi durante a ditadura militar (1964-1985) que surgiram iniciativas mais sistemáticas, como o Movimento de Alfabetização de Adultos, que visavam não apenas a alfabetização, mas também a conscientização política e social dos estudantes.

Com a redemocratização do Brasil na década de 1980, a EJA passou a ser reconhecida de forma mais abrangente nas diretrizes educacionais. A constituição Federal de 1988 garantiu o direito à educação para todos, incluindo jovens e adultos, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 estabeleceu a EJA como uma modalidade de ensino com currículos adaptados e flexíveis.

Nos anos 2000, o governo federal lançou programas específicos, como Brasil Alfabetizado, que visavam reduzir o analfabetismo no país. Esse período destacou-se por ser marcado também pela valorização da educação popular, com a participação de movimentos sociais e organizações não governamentais na oferta de cursos e ações de alfabetização.

Com isso é possível destacar que atualmente, a EJA enfrenta novos desafios, como a desvalorização do ensino e a necessidade de adaptação aos novos contextos sociais e tecnológicos. Ressalta-se que a pandemia de Covid-19 evidenciou ainda mais a importância de se repensar as metodologias e abordagens, buscando formas inovadoras de engajamento e aprendizado. Assim, evidencia-se, a história da EJA como uma trajetória de lutas e conquistas, refletindo a contínua busca por uma educação inclusiva que atende às necessidades de todos os cidadãos, independentemente da idade ou contexto socioeconômico.

Um dos principais desafios mencionados por Silva (2019) é a baixa adesão e permanência dos estudantes na EJA. Fatores como a desmotivação, a pressão do trabalho e a falta de tempo são frequentemente citados como barreiras que impedem o avanço educacional desses indivíduos. A EJA, muitas vezes, é vista como uma alternativa inferior em relação à educação formal tradicional, o que pode contribuir para a desvalorização desse segmento. Essa percepção social destoia da importância da educação continuada, que se mostra fundamental para a inclusão social e a construção de uma cidadania ativa.

3 SUJEITOS DA EJA

A Educação de Jovens e Adultos -EJA é uma modalidade de ensino que se destaca por seu compromisso em garantir o direito à educação para aqueles que, por diversos motivos, não puderam concluir a educação básica na idade considerada regular. Os sujeitos da EJA constituem um grupo social heterogêneo, com histórias de vidas distintas e marcadas por

desafios que por diversas vezes os distanciaram do processo educacional tradicional. Conhecer e compreender esses sujeitos é essencial para a construção de uma educação inclusiva, acolhedora e transformadora, capaz de respeitar e valorizar suas experiências e proporcionar-lhes novas oportunidades.

Ao contrário do que muito se pensa, os sujeitos da EJA não se limitam a uma faixa etária específica, abrangendo desde adolescentes a idosos que desejam ou necessitam retomar seus estudos. A diversidade de idade, experiências de vida, culturas, etnias e contextos socioeconômicos é um dos aspectos mais notáveis desse grupo.

Muitos jovens que integram a EJA são provenientes de realidades sociais desafiadoras, onde a necessidade de ingressar precocemente no mercado de trabalho ou assumir responsabilidades familiares se sobrepõe à continuidade dos estudos. Em alguns casos, a violência e a falta de políticas públicas efetivas para manter esses jovens na escola. Para esses sujeitos, a EJA representa uma segunda chance de conquistar o diploma e melhorar a sua inserção no mercado de trabalho, bem como construir uma trajetória de desenvolvimento pessoal e profissional.

Por outro lado, há também adultos que, após anos de afastamento, decidem voltar à sala de aula. Muitas dessas pessoas carregam traumas e frustrações associados à escola, já que, no passado, a falta de políticas inclusivas e de acolhimento adequado contribuiu para que abandonassem os estudos. Para esses adultos, a EJA não é apenas uma oportunidade de alfabetização ou de aprimoramento acadêmico, mas também um caminho para a ressignificação da própria vida. A experiência educacional, neste caso, pode restaurar a autoestima e o senso de pertencimento, assim, uma inclusão social mais ampla.

Entre os estudantes da EJA, também encontra-se pessoas da terceira idade, que buscam aprender a ler e escrever ou, em muitos casos, concluir os estudos básicos que não foram concluídos em sua juventude. Muitos desses idosos veem na EJA a chance de realizar um sonho antigo, superando as barreiras do analfabetismo e participando de atividades educativas e culturais que antes lhes eram inacessíveis.

Com isso é possível considerar o que Charlot e Durand apontam:

Ao se falar de sujeito tratamos de um ser Humano, aberto a um mundo, portador de desejos, movido por esses desejos, em relação com outros seres humanos (também sujeitos); um ser social que nasce e cresce em uma família (ou em um substituto de família), que ocupa uma posição em um espaço social, que está inscrito em relações sociais; e ainda um ser singular, exemplar único da espécie humana, que tem uma história, e que interpreta o mundo, dá um sentido a esse mundo, à posição que ocupa nele, às relações com os outros, à sua própria história e à sua singularidade (Charlot, 2001, p. 33, apud Durand et. al., 2011, p. 167).

Ao acolher esses sujeitos, a EJA assume uma função que vai além do processo de alfabetização e do ensino de conteúdos acadêmicos. Trata-se de uma modalidade que busca a promoção da cidadania e o fortalecimento da autonomia dos alunos, permitindo-lhes exercer seus direitos e cumprir seus deveres de maneira consciente. Na EJA, o aprendizado não se restringe à leitura e à escrita; ele é permeado pelo desenvolvimento de uma consciência de vida e pela busca de uma educação significativa que faça sentido para cada aluno.

Com isso, os sujeitos da EJA representam uma parcela significativa da população brasileira que, por meio da educação, busca romper ciclos de exclusão e construir novas perspectivas de vida. A EJA, com sua abordagem flexível e inclusiva, oferece a esses indivíduos uma segunda chance de estudar, aprender e desenvolver-se plenamente. Valorizando as histórias e vivências de seus alunos, a EJA promove uma educação que vai além do currículo formal, reforçando o papel da escola como um espaço de acolhimento e transformação.

Ao oferecer essa oportunidade, a EJA reafirma o compromisso da educação como um direito humano fundamental, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática. Reconhecer a diversidade dos sujeitos da EJA e responder às suas necessidades e expectativas é, portanto, uma tarefa essencial para garantir que todos tenham acesso a uma educação de qualidade e possam exercer plenamente sua cidadania.

4 LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

A Educação de Jovens e Adultos -EJA no Brasil ocupa um espaço fundamental no sistema educacional, sendo um direito garantido em um dos documentos mais importantes do Brasil, a Constituição Federal de 1988. Tal documento visa proporcionar acesso à educação a pessoas que, por diferentes razões não concluíram a escolarização na faixa etária tradicional. Com isso, ao longo dos anos, o Brasil tem elaborado legislações e políticas públicas com o intuito de garantir a inclusão e a equidade na educação de jovens e adultos, buscando superar barreiras históricas e sociais.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, estabelece que a educação básica é um direito de todos, e que o poder público deve assegurar aos jovens e adultos o direito à educação, independentemente de idade. Esse direito está diretamente vinculado à busca pelo fim do analfabetismo e à promoção de uma educação mais inclusiva e acessível.

Em articulação com a Constituição há a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996 (Lei nº 9.394/96) também dedica um capítulo específico à EJA, no qual reconhece a educação para jovens e adultos como uma modalidade de ensino que deve ser oferecida de forma integrada com as demais etapas de educação básica respeitando as especificidades e os tempos de aprendizagem dos estudantes. A LDB ressalta também que a EJA pode ser organizada de acordo com as necessidades e realidades dos indivíduos inseridos nesta modalidade de ensino, sendo necessário existir um currículo flexível e metodologias adaptadas.

Além disso, o Brasil é signatário de compromissos inetrnacionais, como a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e o objetivo de alcançar a Educação para Todos (EPT), os quais reafirmam a importância de políticas públicas voltadas à EJA, especialmente para o fim do analfabetismo e para a promoção de uma educação que contribua para o desenvolvimento social e econômico do país.

As políticas públicas para a EJA têm evoluído desde a década de 1990, com o foco em diversas frentes, como a ampliação da oferta de vagas, a melhoria da qualidade da educação e a capacitação de professores. Destaca-se como um marco das políticas públicas a criação do Programa Brasil Alfabetizado, em 2003, voltado para o combate ao analfabetismo em nível nacional, com a oferta de cursos de alfabetização para jovens e adultos em áreas urbanas e rurais.

Nos anos seguintes, a criação de políticas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) também procurou ampliar o acesso de jovens e adultos à educação profissional e técnica, uma área fundamental para o desenvolvimento pessoal e profissional dessas pessoas. Ademais, iniciativas como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e a implementação do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) têm sido de grande relevância para garantir a qualificação e a certificação dos estudantes da EJA, viabilizou sua inserção em novas oportunidades educacionais e no mercado de trabalho.

Outro importante avanço foi a inclusão da EJA nas políticas de educação integral, com a oferta de atividades extracurriculares e cursos de formação continuada, que visam proporcionar uma formação mais ampla e contextualizada para os estudantes.

Embora o Brasil tenha avançado consideravelmente nas políticas públicas voltadas para a EJA, ainda existem diversos desafios a serem superados. A evsão escolar, a falta de infraestrutura nas instituições de ensino, o baixo financiamento e a resistência social à modalidade são obstáculos persistentes.

Gouveia e Almeida (2018) enfatizam que as políticas públicas voltadas para a EJA devem ser intersetoriais, abrangendo questões socioeconômicas, culturais e de saúde, de forma a criar um ambiente propício para a aprendizagem. A interligação entre diferentes áreas do governo é fundamental para que se desenvolvam ações integradas que atenuem os fatores que impedem o acesso à educação. Um aspecto importante a ser considerado é a flexibilização do currículo, adaptando-o às realidades e experiências dos alunos. Isso implica que a educação não deve ser uma mera repetição do que é oferecido no ensino regular, mas sim um espaço onde conhecimentos práticos e teóricos possam ser interligados e respeitem os saberes prévios dos alunos.

Portanto, com os estudos realizados se faz possível destacar que, para que a EJA atenda de maneira eficaz às necessidades dos estudantes, é necessário um fortalecimento das políticas públicas que incluam não apenas a ampliação da oferta de vagas, mas também a adaptação das metodologias de ensino e a promoção de ambientes escolares mais inclusivos e acolhedores. A formação e valorização dos profissionais da educação, além da construção de parcerias entre o governo, as organizações não governamentais e as comunidades, são fundamentais para o sucesso da EJA no Brasil.

Segundo Gouveia e Almeida (2018), as diretrizes e práticas adotadas nesse segmento revelam a importância de um enfoque que não apenas promova o acesso, mas também busque a permanência e a qualidade da educação oferecida a essa população.

Assim, as políticas públicas e a legislação brasileira voltadas para a EJA têm contribuído para garantir a educação como um direito para todos, independentemente da idade. No entanto, é essencial continuar a implementar e aprimorar essas políticas, enfrentando os desafios estruturais, econômicos e sociais que ainda limitam o acesso e a permanência de jovens e adultos nas escolas. A promoção de uma educação inclusiva, de qualidade e contextualizada é a chave para garantir que todos possam exercer plenamente seus direitos e conquistar melhores oportunidades de vida.

5 IMPACTO POSITIVO DA EJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel fundamental na transformação da vida de milhões de brasileiros que, por diversos motivos, não puderam concluir seus estudos na idade regular. Seu impacto vai além da simples aquisição de conhecimentos acadêmicos, influenciando profundamente a qualidade de vida, a inserção social

e a cidadania dos indivíduos. A seguir, abordaremos os principais impactos positivos da EJA em diferentes áreas da vida dos participantes e da sociedade em geral.

Um dos principais benefícios da EJA é a promoção da inclusão social. Muitos adultos e jovens que não têm acesso à educação formal ao longo da infância e adolescência acabam marginalizados, enfrentando dificuldades para se inserir no mercado de trabalho ou até mesmo para interagir plenamente na sociedade. A EJA oferece a essas pessoas a chance de reverter essa situação. Ao proporcionar a conclusão do ensino básico e, em alguns casos, o acesso ao ensino médio, ela possibilita que os indivíduos conquistem uma melhor posição no mercado de trabalho, o que pode resultar em uma melhoria significativa em sua qualidade de vida.

Além disso, a EJA contribui para a redução das desigualdades educacionais e sociais, já que frequentemente está voltada para populações mais vulneráveis, como pessoas em situação de pobreza, trabalhadores informais e, principalmente, aqueles que vivem em áreas rurais ou em periferias urbanas. O acesso à educação para esses grupos é um passo fundamental para promover uma sociedade mais justa e equitativa.

teúdos acadêmicos, mas também ao empoderamento pessoal e profissional dos participantes. O retorno à sala de aula, mesmo que em idade mais avançada, representa uma oportunidade de desenvolver a autoestima e a autoconfiança. Muitas pessoas que antes se viam incapazes de aprender ou de alcançar certas conquistas educacionais, ao ingressarem na EJA, experimentam uma verdadeira transformação. O ato de voltar a estudar pode ser um poderoso instrumento de superação pessoal, promovendo uma renovação de perspectiva e ampliando o horizonte de possibilidades.

No aspecto profissional, a EJA abre portas para o mercado de trabalho de forma mais ampla. A conclusão de um ciclo educacional permite o acesso a melhores empregos, com salários mais elevados e maior estabilidade. Isso é particularmente relevante em um país como o Brasil, onde a falta de escolaridade é um dos maiores fatores de exclusão social e profissional.

A educação é, sem dúvida, um dos pilares para o fortalecimento da cidadania. A EJA não apenas contribui para o aprendizado de conteúdos como português, matemática e ciências, mas também prepara os indivíduos para o exercício da cidadania plena. Através do conhecimento sobre direitos e deveres, história e questões sociais, os alunos da EJA se tornam mais conscientes da sua posição na sociedade e mais aptos a participar ativamente do processo democrático.

A EJA também contribui para a ampliação da compreensão de questões como saúde, meio ambiente e segurança, permitindo que os estudantes se tornem mais críticos e atuantes em suas comunidades. Isso pode levar a uma maior participação em movimentos sociais, no voto e em ações coletivas que buscam a melhoria das condições de vida na sociedade.

Outro impacto positivo da EJA é a promoção do aprendizado ao longo da vida. Vivemos em uma sociedade cada vez mais dinâmica, em que o mercado de trabalho exige constante adaptação e atualização. A EJA, ao oferecer uma educação continuada, estimula o conceito de aprendizagem contínua, permitindo que os indivíduos, mesmo na idade adulta, desenvolvam habilidades cognitivas e emocionais que são essenciais para o mundo contemporâneo. O retorno aos estudos pode significar a aquisição de novas habilidades, o que ajuda a aumentar a empregabilidade e a competitividade no mercado de trabalho.

Ademais, a educação proporciona a chance de os indivíduos se atualizarem em relação a novas tecnologias, novas formas de comunicação e novas linguagens, ampliando sua capacidade de adaptação às transformações sociais e profissionais. Nesse sentido, a EJA também funciona como um mecanismo de superação das dificuldades impostas pela aceleração da mudança no mundo contemporâneo.

A EJA tem um impacto positivo não apenas sobre o indivíduo que retorna à escola, mas também sobre sua família e as gerações seguintes. O incentivo à educação dentro de uma família pode criar um ciclo virtuoso de aprendizado e desenvolvimento. Muitas vezes, adultos que retornam à escola tornam-se exemplos para seus filhos, incentivando-os a valorizarem a educação e a buscar melhores oportunidades.

Além disso, a convivência e o aprendizado de jovens e adultos em um mesmo ambiente escolar pode ser uma rica troca de experiências e saberes. O compartilhamento de vivências de vida contribui para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e plural, fortalecendo o respeito à diversidade e promovendo a compreensão de diferentes trajetórias sociais e culturais.

Do ponto de vista econômico, a EJA tem um impacto significativo na sociedade. A qualificação dos trabalhadores tende a melhorar a produtividade e a competitividade do país. Quanto mais pessoas com escolaridade mais alta, maior é a capacidade de inovação e o desenvolvimento de setores como a indústria, comércio e serviços. Além disso, os custos sociais associados à exclusão educacional, como a dependência de programas assistenciais e a alta taxa de desemprego, podem ser reduzidos com a ampliação do acesso à educação.

Em termos de saúde pública, a educação também tem um impacto positivo. Indivíduos com maior nível educacional tendem a ter melhores hábitos de saúde, uma maior compreensão sobre os cuidados preventivos e maior acesso a informações sobre nutrição e doenças. Isso resulta em uma sociedade mais saudável, com menor custo para o sistema público de saúde e maior qualidade de vida para os cidadãos.

Destaca-se assim, que a EJA é uma ferramenta poderosa de transformação social, pois oferece aos indivíduos a chance de superar barreiras históricas e estruturais que os impedem de alcançar o pleno desenvolvimento humano e profissional. Além disso, seus benefícios se

estendem não apenas aos alunos, mas à sociedade como um todo, criando um ciclo de crescimento pessoal, social e econômico. Ao investir na educação de jovens e adultos, a sociedade está, de fato, investindo no seu próprio futuro, promovendo um mundo mais justo, igualitário e próspero para todos.

6 CASOS DE SUCESSO E HISTÓRIAS DE VIDA TRANSFORMADA

Ao tratar da importância que a Educação de Jovens e Adultos desempenha na vida de diversas pessoas é possível destacar fatos relevantes que decorreram após a conclusão de estudos por meio desta modalidade de ensino. Sabe-se que para alcançar o curso superior é preciso realizar diversas etapas de provas das mais variadas modalidades, destacando-se como um dos mais conhecidos processos de seleção de estudantes o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Em pesquisas realizadas pelo constatou-se que o ENEM de 2024 registrou uma presença significativa presença de participantes com mais de 60 anos, com quase 10 mil inscrições confirmadas. Este aumento, embora modesto em termos proporcionais, é um reflexo de uma mudança mais ampla na sociedade brasileira, marcada pela crescente longevidade da população e pela maior inclusão de idosos no sistema educacional.

A faixa etária de mais de 60 anos no Enem, embora ainda pequena em comparação com os jovens de até 18 anos, tem demonstrado um crescimento constante. Em 2020, a inscrição de idosos alcançou 11.768 participantes, um número excepcional em comparação com os anos anteriores. Em 2024, o total de inscrições desse grupo foi de 9.950, o maior desde então, o que evidencia a continuidade dessa tendência positiva. Desde 2015, o número de inscritos com mais de 60 anos tem oscilado, mas o crescimento demográfico dos idosos no Brasil, juntamente com a ampliação das oportunidades educacionais, pode ser visto como um fator de impulso para esse aumento.

Do total de participantes com mais de 60 anos, 558 são alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma modalidade de ensino destinada àqueles que não conseguiram concluir o ensino médio na faixa etária regular. Este dado reforça o papel do Enem como uma porta de entrada para a reintegração de muitos idosos ao sistema educacional, seja para concluir o ensino médio, seja para tentar uma vaga no ensino superior.

A inclusão dos mais velhos também é visível no ensino superior. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2023, houve um aumento expressivo no número de matrículas de alunos com 60 anos ou mais: 60.735 matrículas foram realizadas por essa faixa etária, com quase metade (30.692) ingressando no ensino superior em 2023. Esse fenômeno está

diretamente ligado à maior longevidade e à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, que agora têm mais acesso a oportunidades de educação ao longo de toda a vida.

Segundo o Censo Demográfico de 2022, a população brasileira com 60 anos ou mais é de 32,1 milhões, um aumento expressivo em relação a 2010, quando essa faixa etária somava 20,5 milhões. O aumento da expectativa de vida e a melhoria da qualidade de vida têm impulsionado o desejo por aprendizado contínuo, o que se reflete na maior participação dos idosos no Enem e em outras modalidades de ensino.

Este movimento também é respaldado por dados do Ministério da Educação (MEC), que destacam a ampliação do acesso à educação para todas as faixas etárias. A política pública de educação para adultos e idosos, por exemplo, tem contribuído para a integração de pessoas que, por diversas razões, não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade regular.

Em termos de perfil, os dados do Enem 2024 também revelam um panorama de diversidade. Entre os 4,32 milhões de inscritos, 60,59% são mulheres, enquanto 39,41% são homens. A maior parte dos candidatos (63,6%) obteve isenção da taxa de inscrição, o que reflete as políticas de inclusão implementadas pelo MEC. No que diz respeito à autodeclaração de raça ou cor, a maioria dos participantes se identificou como parda (1.860.766), seguida pela cor branca (1.788.622) e preta (533.861), evidenciando a diversidade racial presente no exame.

Além disso, o Enem continua a ser um reflexo das desigualdades sociais e educacionais do Brasil. A inclusão de pessoas com mais de 60 anos, especialmente na EJA, reforça a importância de políticas públicas que promovam o acesso universal à educação, independentemente da idade, origem ou condição social.

Assim, a participação crescente de idosos no Enem, somada ao aumento de matrículas no ensino superior e à evolução da Educação de Jovens e Adultos, aponta para um Brasil mais inclusivo e preocupado com a formação contínua de sua população. O exame, tradicionalmente associado à juventude e à preparação para o ingresso na universidade, se configura cada vez mais como um espaço de oportunidades para todas as idades. Esse fenômeno reflete uma transformação importante na sociedade brasileira, que reconhece o direito à educação como uma via de cidadania para todos, independentemente da etapa da vida em que se encontram.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo sobre a importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil revela resultados significativos que mostram o impacto transformador dessa modalidade de ensino na vida dos participantes e na promoção da inclusão social. A análise dos dados coletados destaca

a EJA como uma ferramenta fundamental para resgatar a autoestima, promover a reintegração social e ampliar as oportunidades educacionais e profissionais dos indivíduos.

Um dos resultados mais marcantes do estudo é a transformação pessoal vivenciada pelos alunos da EJA. Muitos deles, que abandonaram a escola em função de dificuldades econômicas, sociais ou familiares, encontram na EJA uma segunda chance de concluir os estudos e obter uma formação básica. O retorno às aulas promove um resgate da autoestima e da confiança, fatores essenciais para o desenvolvimento pessoal e para a construção de novos projetos de vida. Os depoimentos dos alunos indicam um aumento significativo na sensação de pertencimento e na valorização pessoal, aspectos que são fundamentais para a reintegração social.

Outro ponto relevante observado é a contribuição da EJA para a inclusão social dos participantes. A oportunidade de voltar a estudar permite que os indivíduos se reintegrem socialmente, rompendo com ciclos de exclusão que muitas vezes se perpetuam por gerações. Além disso, a conclusão da educação básica através da EJA abre portas para o mercado de trabalho, proporcionando melhores condições de emprego e, conseqüentemente, uma melhoria na qualidade de vida. Os participantes relatam um aumento nas oportunidades de trabalho e uma maior capacidade de competir em um mercado cada vez mais exigente.

Apesar dos resultados positivos, o estudo também aponta desafios que precisam ser superados para a efetividade da EJA. Entre eles, destacam-se a necessidade de políticas públicas mais robustas e contínuas, que garantam recursos suficientes e a valorização dos educadores. A alta taxa de evasão escolar é outro desafio significativo, sendo essencial a implementação de estratégias que incentivem a permanência dos alunos, como a oferta de apoio psicológico, sociais e financeiros.

Os resultados do estudo sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil evidenciam seu papel crucial na transformação de vidas e na promoção da inclusão social. A EJA oferece uma nova oportunidade para aqueles que não puderam concluir seus estudos na idade regular, contribuindo para o desenvolvimento pessoal, a reintegração social e a inserção no mercado de trabalho. No entanto, para maximizar seu impacto, é necessário enfrentar desafios como a evasão escolar e a necessidade de políticas públicas mais consistentes. Investir na EJA é investir em uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos têm a chance de alcançar seus objetivos e contribuir para o desenvolvimento do país.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa um campo educacional estratégico para o desenvolvimento social e a inclusão de milhões de brasileiros que, ao longo da vida, não tiveram oportunidades de completar sua escolarização formal. Em um país com profundas desigualdades sociais e regionais, a EJA configura-se como um instrumento poderoso de transformação, permitindo que jovens e adultos recuperem o acesso ao conhecimento, algo fundamental para a promoção de uma vida digna, da inserção no mercado de trabalho e do fortalecimento da autoestima e da cidadania.

Este artigo demonstrou que a EJA vai além do ensino de conteúdos formais: ela resgata sonhos interrompidos e abre novos caminhos, permitindo que seus alunos e alunas vislumbrem possibilidades de ascensão social e melhoria de qualidade de vida. Através da EJA, homens e mulheres encontram um espaço acolhedor onde podem expressar suas histórias de vida, suas dores e aspirações, e onde são valorizados por suas vivências e resiliência. Nesse processo, os professores têm um papel vital, pois não apenas ensinam, mas também inspiram, compreendem e incentivam os alunos a superarem suas barreiras pessoais e acadêmicas. Para muitos, a EJA se torna um espaço de fortalecimento pessoal e comunitário, onde a educação é um meio de reconectar-se com sua própria identidade e seu valor social.

A EJA tem uma importância imensa para a sociedade, pois não só oferece uma segunda chance para aqueles que não puderam complementar sua educação formal, mas também promover a inclusão social e a igualdade de oportunidades, com a EJA, jovens e adultos podem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais, aumentando suas chances de inserção no mercado de trabalho e melhorando sua qualidade de vida.

Contudo, a pesquisa também evidenciou que a EJA ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de investimentos, a necessidade de maior valorização social e as dificuldades de permanência dos alunos, que muitas vezes precisam conciliar a rotina de estudos com o trabalho e as responsabilidades familiares. Nesse sentido, a necessidade de políticas públicas fortalecidas e de um compromisso governamental para com a educação de jovens e adultos é urgente. A promoção de uma educação inclusiva e de qualidade passa pelo reconhecimento da especificidade do público atendido pelo EJA e pela adaptação de metodologias, recursos e condições que favoreçam a aprendizagem de forma eficaz e respeitosa.

Assim, ao concluir este estudo, podemos afirmar que a EJA é um pilar fundamental para a promoção da igualdade de oportunidades e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Ela promove não apenas a alfabetização e o acesso a conhecimentos básicos, mas também desempenha um papel central na valorização da dignidade humana e na construção de uma cidadania ativa. Ao investir na EJA, o Brasil avança em direção a um futuro onde todos os seus cidadãos têm o direito de sonhar, aprender e transformar suas vidas. A educação, portanto,

é mais do que um direito; é o meio pelo qual cada pessoa pode participar plenamente da vida social, econômica e cultural do país. A literatura indica que, apesar dos avanços nas últimas décadas, muitos jovens e adultos ainda enfrentam barreiras significativas para concluir sua formação educacional. Portanto, é crucial que as políticas públicas sejam formuladas com base em diagnósticos precisos das necessidades dessa população.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 20 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 20 ago. 2024.

CHARLOT, Bernard (Org.). **Os Jovens e o Saber: perspectivas mundiais**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

DURAND, Olga Celestina da Silva et al. **Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos, Espaços e Múltiplos Saberes**. In: LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes (Org.). Educação de Jovens e Adultos e Educação na Diversidade. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. P.160-245.

GOUVEIA, Sandra Maria; ALMEIDA, Andrea Carolina de. **Educação de Jovens e Adultos: Políticas Públicas e Práticas Educativas**. Revista Brasileira de Educação, vol. 23, no. 69, 2018.

SILVA, José Carlos de. **Desafios e Possibilidades da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Educação e Pesquisa, vol. 45, no. 2, 2019.

VIEGAS, Ana Cristina Coutinho. MORAES, Maria Cecília Sousa de. **Um convite ao retorno: relevâncias no histórico da EJA no Brasil**. RIAEE – Revista Ibero – Americana de Estudos em Educação, v. 12, n. 1, p. 456-478, 2017.